

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE201912/0880

Tipo Oferta: Procedimento Concursal de Regularização

Estado: Expirada

Nível Orgânico: Ministério das Finanças

Orgão / Serviço: Autoridade Tributária e Aduaneira

Vínculo: CTFP por tempo indeterminado

Regime: Carreiras Não Revistas

Carreira: Especialista de Informática

Categoria: Especialista Informática Grau 1 Nível 2

Grau de Complexidade: 0

Remuneração: 1.647,74€

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho: Exerça ou tenha exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional da carreira/categoria a concurso, sem o vínculo jurídico adequado, reconhecido nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica: Sem Relação Jurídica de Emprego Público - Reconhecimento de Vínculo Precário

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP: DISPENSADA, nos termos do n.º1 do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: domínio da informática

Grupo Área Temática

Tecnologias

Sub-área Temática

Electrotecnia / Informática / Automação / Controlo

Área Temática

Engenharia Informática e de Sistemas

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Autoridade Tributária e Aduaneira	4	Rua da Prata, n.º 10		1149027 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 4

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos:

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: dsgrh-drm@at.gov.pt

Contacto: 218812600

Data Publicitação: 2019-12-30

Data Limite: 2020-01-15

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:

Texto Publicado em Jornal Oficial: Abertura de procedimento concursal comum para o preenchimento de 4 postos de trabalho do mapa de pessoal da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP) 1 — Nos termos do disposto nos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de quatro postos de trabalho na carreira de especialista de informática e categoria de especialista de informática do grau 1, nível 2, escalão 480, do mapa de pessoal da Autoridade Tributária e Aduaneira. 2 — Legislação aplicável: Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (PREVPAP); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, conjugada com a Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145/2011, de 6 de abril; e Código do Procedimento Administrativo. 3 — Local de trabalho: Instalações da sede da Autoridade Tributária e Aduaneira, sitas na Av. Engenheiro Duarte Pacheco, nº 28, em Lisboa. 4 — O procedimento concursal destina-se à ocupação de postos de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos constantes do artigo 40.º e seguintes da LTFP. 5 — Fundamentos para a abertura do procedimento concursal comum: o presente procedimento concursal é aberto no âmbito do PREVPAP, para regularização das situações de trabalho precário previstas no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 6 — Caracterização do posto de trabalho: Exercício das funções previstas no Despacho nº 1366/2012, de 31 de janeiro, publicado no DR, IIª série, nº 22, de 31 de janeiro de 2012. 7 — Habilitações literárias exigidas: Licenciatura no domínio da informática. 8 — Posição remuneratória: a remuneração a auferir será fixada nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, designadamente, grau 1, nível 2, escalão 480, montante pecuniário de 1.647,74€, a que acresce o suplemento FET. 9 — Requisitos de admissão relativos ao trabalhador: 9.1 — Exerça ou tenha exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional da carreira/categoria a concurso, sem o vínculo jurídico adequado, reconhecido nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 9.2 — Ser detentor dos requisitos cumulativos, enunciados no artigo 17.º da LTFP: a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. 9.3 — No presente procedimento concursal não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissionais, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 10 — Forma e prazo de apresentação das candidaturas: 10.1 — Prazo: dez dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público e na página eletrónica da AT. 10.2 — Forma: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, disponível no sítio da internet da AT, na área de recrutamento de pessoal, podendo ser enviadas por correio eletrónico para o endereço de email dsgrh-drm@at.gov.pt, até às 24h00 horas do último dia do prazo para

apresentação das candidaturas, ou por correio registado com aviso de receção, até ao termo do prazo fixado, para a DSGRH-Divisão de Recrutamento e Mobilidade, sita na Rua da Prata, nº 20/22 - 3º, 1149-027 Lisboa, valendo a data aposta no registo como data de envio para efeitos de cumprimento do prazo referido na alínea anterior, ou entregues, pessoalmente, nas Instalações acima referidas das 09:30 às 12:30 horas e das 14:00 às 16:30 horas. 10.3 —No formulário de candidatura são de preenchimento obrigatório: a identificação do procedimento concursal objeto da candidatura (ex: OE0000); identificação do candidato (nome, data de nascimento, nacionalidade, número de identificação fiscal, residência, telefone e endereço eletrónico); habilitações académicas e profissionais; decisão de reconhecimento prévio do vínculo precário. 10.4 — Com a candidatura devem ser entregues os seguintes documentos: a) Fotocópia do Certificado de Habilitações; b) Fotocópia dos Certificados ou comprovativos de ações de formação realizadas com relevância para o posto de trabalho objeto de candidatura; c) Currículo detalhado e atualizado, datado e assinado; d) As menções, qualitativas e quantitativas, obtidas nas avaliações de desempenho dos últimos três anos, se aplicável. 10.5 —Nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 20.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, a não apresentação dos documentos atrás referidos determina a exclusão dos candidatos ou a impossibilidade de constituição de vínculo de emprego público. 11 —Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações. 12 —Métodos de Seleção: O método de seleção a utilizar será a da Avaliação Curricular (AC). 12.1 —A avaliação curricular é valorada de acordo com a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, e visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, percurso profissional, relevância da experiência adquirida, tipo de funções exercidas relevantes para os postos de trabalho a concurso e a avaliação de desempenho obtida. Para tal, serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho, nomeadamente: as habilitações académicas, a experiência profissional, o tempo de exercício de funções caracterizadoras do posto de trabalho a concurso e a avaliação de desempenho no período anterior. 12.2 — São motivos de exclusão do presente procedimento: a) O incumprimento dos requisitos mencionados neste aviso, sem prejuízo dos demais legal ou regularmente previstos; b) A obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores na avaliação curricular. 13 — Classificação final (CF): a) A classificação final será expressa de 0 a 20 valores, com arredondamento às centésimas, de acordo com o n.º 4 do artigo 9º da Portaria 125-A/2019 de 30 de abril; CF = AC CF = Classificação Final AC = Avaliação Curricular (ver alínea c) do n.º 1 e o n.º 3 do artigo 5º da Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril, na atual redação). 14 — A publicitação dos resultados obtidos na avaliação curricular, é efetuada através de lista afixada em local visível e público nas instalações da Autoridade Tributária e Aduaneira, e publicitada na sua página eletrónica no endereço eletrónico da AT na área de recrutamento de pessoal. 14.1— Haverá lugar à audiência de interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, após a aplicação de todos os métodos de seleção e antes de ser proferida a decisão final. Os candidatos excluídos serão notificados conforme a alínea a) do artigo 10º da Portaria 125-A/2019 de 30 de abril. 14.2 — As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas. 14.3 — A lista de classificação final dos candidatos é publicada na página eletrónica da AT após aplicação do método de seleção. 15 — O procedimento concursal tem caráter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras. 16 – Composição e identificação do júri: Presidente: João Manuel Gomes de Miranda Reynaud, Chefe de Equipa de Gestão de Operações e Comunicações Vogais Efetivos: - Luis Miguel Lopes Encarnação, Chefe de Equipa de Gestão de Operações e Serviços, que substitui a Presidente nas suas faltas e impedimentos - Carlos Manuel Almeida Rodrigues, Chefe de Equipa de Logística e Comunicações Vogais Suplentes: - Ana Rita Simões Borges Martins Afonso, Técnica Superior - Maria Ivone Ferreira Silva Ramalho, Técnica Superior Aduaneira 17 — A lista de classificação, após homologação, é publicada na BEP; afixada em local público e visível das instalações da Autoridade Tributária e Aduaneira e disponibilizada na respetiva página eletrónica, sendo ainda publicado um aviso na 2ª série do Diário da República, com informação sobre a sua publicitação, nos termos do nº 5 do artigo 28º da Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril. 18 – Nos termos do disposto no nº 4 do artigo 10º da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) e na página eletrónica da Autoridade Tributária e Aduaneira. Lisboa, 30 de dezembro de 2019

Observações

aviso na página eletrónica www.portaldasfinancas.gov.pt na área de recrutamento de pessoal

Alteração de Júri**Resultados****Questionário de Terminó da Oferta****Admitidos****Masculinos:****Femininos:****Total:****Total Com Auxílio da BEP:****Recrutados****Masculinos:****Femininos:****Total:****Total Portadores Deficiência:****Total Com Auxílio da BEP:**